

O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO INFANTIL

(2007)

Juliane Callegaro Borsa

Psicóloga. Mestranda em Psicologia Clínica, PUCRS, Rio Grande do Sul, Brasil.
Pesquisadora Bolsista do CNPq

Email:

psicojuli@yahoo.com.br

RESUMO

O presente texto aborda a importância de compreender o papel da escola enquanto espaço importante para o processo de socialização da criança. Estudos sobre o desenvolvimento infantil vêm mostrando que a escola desempenha um papel fundamental na promoção do conhecimento social, no grande desenvolvimento das capacidades cognitivas e vai incidir, claramente, na compreensão que as crianças têm do mundo social e suas particularidades. A partir destes apontamentos, surge a necessidade de compreender de que forma a escola contribui para a socialização, levando em conta as diversas características envolvidas neste processo como a aquisição de valores éticos e morais bem como a construção da identidade e a capacidade de relacionar-se e interagir.

Palavras-chave: Socialização, Identidade, Escola, Infância

A socialização é um processo interativo, necessário para o desenvolvimento, através do qual a criança satisfaz suas necessidades e assimila a cultura ao mesmo tempo que, reciprocamente, a sociedade se perpetua e desenvolve. Este processo inicia-se com o nascimento e, embora sujeito a mudanças, permanece ao longo de todo ciclo vital. No decorrer das últimas décadas, vem se observando uma mudança significativa no processo de socialização infantil, levando-se em conta fatores como o avanço da tecnologia nos meios de comunicação, o crescimento acentuado de informações disponíveis, as novas configurações familiares, etc. Dentro deste contexto, a escola exerce um papel importante na consolidação do processo de socialização, processo esse que ocorre já no início da vida da criança. A escola será determinante

para o desenvolvimento cognitivo e social infantil e, portanto, para o curso posterior de sua vida. É na escola que se constrói parte da identidade de ser e pertencer ao mundo; nela adquirem-se os modelos de aprendizagem, a aquisição dos princípios éticos e morais que permeiam a sociedade; na escola depositam-se as expectativas, bem como as dúvidas, inseguranças e perspectivas em relação ao futuro e às suas próprias potencialidades.

A criança, quando nasce, já é membro de um grupo social, pois suas necessidades básicas estão inevitavelmente ligadas às outras pessoas e estão programadas para serem satisfeitas em sociedade. O grupo social onde a criança nasce necessita também da incorporação desta para manter-se e sobreviver e, por isso, além de satisfazer suas necessidades transmite-lhe a cultura acumulada ao longo de todo o curso do desenvolvimento da espécie. Esta transmissão cultural envolve valores, normas, costumes, atribuição de papéis, ensino da linguagem, habilidades e conteúdos escolares, bem como tudo aquilo que cada grupo social foi acumulando ao longo da história e que é realizado através de determinados agentes sociais, que são encarregados de satisfazer as necessidades da criança e incorporá-la ao grupo social. Entre esses agentes sociais estão os pais, os meios de comunicação, a escola, e o professor. Assim, o processo de socialização é uma interação entre a criança e seu meio. Esta interação e seu resultado depende das características da própria criança e da forma de agir dos agentes sociais (Coll, 1999; Palacios 1995).

Segundo Palacios (1995) A socialização ocorre através de três processos: os processos mentais de socialização, os processos afetivos de socialização e os processos condutuais de socialização. Os processos mentais de socialização correspondem ao conhecimento de valores, normas, costumes, pessoas, instituições, bem como aprendizagem da linguagem e a aquisição de conhecimentos transmitidos através da escola. Os processos afetivos de socialização são uma das bases mais sólidas do desenvolvimento social da criança sendo a empatia (experiência vicária do estado emocional do outro), o apego (vínculo afetivo com as pessoas que cuidam dela) e a amizade, não só uma forma de união ao grupo, mas também mediadores de todo o desenvolvimento social. Por fim os processos condutuais de socialização envolvem a aquisição de condutas consideradas socialmente desejáveis, evitando aquelas que são julgadas como anti-sociais. As motivações que favorecem a conduta social podem basear-se na moral (o que pressupõe interiorização de normas), o raciocínio sobre a utilidade social de determinados comportamentos, o medo do castigo, ou o medo de perder o amor ou os favores que recebem dos demais. Assim, entende-se que o desenvolvimento social implica aprender a evitar as condutas consideradas socialmente indesejáveis e a aquisição de determinadas habilidades sociais.

Um dos objetivos mais importantes do processo de socialização consiste em que as crianças aprendam o que é considerado correto em seu meio e o que se julga incorreto; ou seja, que possam conseguir um nível elevado de conhecimento dos valores morais que regem sua sociedade e se comportem de acordo com eles. Isto é conseguido através de um processo de construção e interiorização destes valores, processo que tende ademais a favorecer o

desenvolvimento dos mecanismos de controle reguladores da conduta da criança. Toda a conduta social é regulada socialmente, no sentido de que o grupo social considera adequadas determinadas formas de agir e outras, impróprias. A criança, por isto, tem que aprender numerosas habilidades sociais que lhe são exigidas desde os primeiros anos de vida (Coll, 1999; Palacios, 1995).

A forma pela qual as crianças lidam com as regras, com a justiça e a moral varia no decorrer do processo de desenvolvimento. A compreensão das atitudes morais se dá através do conceito de estágio, o que significa que o desenvolvimento das atitudes morais pressupõe uma reorganização seqüencial relacionada à idade. Para Piaget os indivíduos desenvolvem sistemas conceituais que lhe permitem compreender e transformar a si e ao ambiente. Esta construção ocorre através das interações com o meio, onde a criança vai desenvolvendo suas próprias crenças. Os aspectos mais significativos da teoria de Piaget sobre as atitudes morais são: (1) O desenvolvimento moral tem um componente básico-estrutural ou de juízo moral, com uma motivação baseada na aceitação, na competência, no amor próprio ou na realização pessoal; (2) O desenvolvimento moral é universal, sob o ponto de vista cultural, porque todas as culturas têm certas fontes comuns de interação social, adoção de papéis e conflito social que exigem uma integração moral; (3) As normas e os princípios morais básicos nascem das experiências de interação social; (4) O que caracteriza cada estágio não é a interiorização das regras já elaboradas externamente pela criança e sim um certo nível estrutural de raciocínio moral surgido no sistema cognitivo da criança e fruto de sua interação com os demais; (5) As influências do meio sobre o desenvolvimento moral são definidas pela extensão e qualidade geral dos estímulos cognitivos e sociais ao longo do desenvolvimento da criança. (Piaget, 1994).

De acordo com a teoria piagetiana, é no período escolar, compreendido a partir dos sete anos, que as crianças evoluem da heteronomia para a autonomia moral. A moral heterônoma é a moral da obediência à autoridade, à regra e ao dever. Nela, aquilo que é imposto, aquilo que aparece como dever corresponde ao Bem. A moral autônoma é uma superação da moral heterônoma. Nela a noção de Bem é derivada dos deveres. Na heteronomia a obediência à lei é toda a moral, e seu fundamento. Na autonomia, não somente tal obediência é apenas parte da moral como deixa de ser seu fundamento, que passa a ser a reciprocidade, o contrato, o projeto comum. Para Piaget, o desenvolvimento da criança em direção à moral autônoma se dá porque, nela, o sujeito investe sua personalidade, sua identidade enquanto na moral heterônoma, a moral permanece superficial, periférica à consciência (Demo; La Taille & Hoffmann, 2001).

As crianças, nas suas relações com os iguais, descobrem que é necessária a reciprocidade, para agir conforme as regras, levando em conta que as regras são efetivas, se as pessoas concordarem em aceitá-las. Sua procedência não mais deriva da autoridade externa, mas resultam de convenções acordadas entre indivíduos e, portanto, podem ser modificadas (Piaget, 1994).

As modificações que, durante os anos escolares, produzem-se no conhecimento social das crianças, afetam o modo como compreendem as características dos outros e de si mesmas, bem

como a sua concepção das relações que as vinculam e sua representação das instituições e sistemas sociais em que estão mergulhadas. Neste sentido, a entrada e o percurso pelo âmbito escolar vão constituir para a criança um acúmulo de experiências ricas e interessantes, pois a escola é um microcosmo da sociedade. No meio escolar, a criança se relaciona com muitas pessoas, com diferentes graus de conhecimento com as quais estabelece relações diversas, sendo, além disso, um âmbito que, em si mesmo, constitui um sistema social, com normas e funcionamento alheios à criança, mas nos quais esta é mergulhada e deve ir compreendendo (Palacios, 1995).

A criança chega à escola levando consigo aspectos constitucionais e vivências familiares, porém o ambiente escolar será uma peça fundamental em seu desenvolvimento. Estes três elementos – aspectos constitucionais, vínculos familiares e ambiente escolar – constituirão o tripé do processo educacional (Outeiral, 2003).

Para Palacios (1995), a escola é, junto com a família, a instituição social que maiores repercussões tem para a criança. A escola não só intervém na transmissão do saber científico organizado culturalmente como influi em todos os aspectos relativos aos processos de socialização e individuação da criança, como são o desenvolvimento das relações afetivas, a habilidade de participar em situações sociais, a aquisição de destrezas relacionadas com a competência comunicativa, o desenvolvimento da identidade sexual, das condutas pró-sociais e da própria identidade pessoal.

A partir destes apontamentos é que são consideradas importantes as novas pesquisas que tenham como objetivo compreender o papel da escola no processo de socialização da criança. Considera-se a ação de educar não só como o processo de ensino-aprendizagem, mas também, e não menos importante, o processo de constituir indivíduos críticos, socializados, com conhecimento pleno daquilo que é importante ser, enquanto indivíduos, e daquilo que o mundo espera de si, enquanto pessoas éticas, plenamente integradas no espaço em que estão inseridas.

BIBLIOGRAFIA

Coll, César S. (1999), **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas.

Demo, P; La Taille, Y; Hoffmann, J. (2001), **Grandes pensadores em educação: o desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação**. Porto Alegre: Mediação.

Outeiral, José. (2003), **O mal estar na escola**. Rio de Janeiro: Revinter.

Palacios, Jesús, Coll, C., Marchesi, A. (1995), **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artes Médicas.

Piaget, Jean. (1994), **O juízo moral na criança**. 2º ed. São Paulo: Summus.